



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Município de Palmares do Sul**

EDITAL N.º 3.973, DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

CONVITE N.º 07 / 2015.
TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

“Serviços de engenharia para reforma e ampliação da EMEI Peixinho Dourado que especifica”.

O MUNICÍPIO DE PALMARES DO SUL, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados, que **às 09h30min., do dia 04 de setembro de 2015**; na Prefeitura Municipal, sito Rua Nossa Senhora dos Navegantes, 442, Centro; a Comissão Permanente de Licitações, se reunirá com a finalidade de receber propostas de empresas do ramo pertinente ao objeto deste Edital.

I – DO OBJETO:

1.1 – Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa habilitada na área de engenharia civil, para reforma e ampliação da EMEI Peixinho Dourado, conforme especificações contidas no Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária, anexos, que são parte integrantes deste Edital.

II – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1 - A execução do presente objeto far-se-á por regime de **execução indireta, empreitada por global.**

2.2 – O licitante vencedor terá o prazo total para execução dos serviços de 60 (sessenta) dias, contados da data do efetivo recebimento por parte da empresa contratada, da **AUTORIZAÇÃO INICIAL DE SERVIÇO.**

2.3. A obra deverá ser entregue com todos os elementos previstos e inerentes ao projeto e especificações, sendo recebidas somente quando estiver totalmente concluída, após vistoria da equipe técnica da Empresa e do Município.

2.4. O licitante vencedor ficará responsável pela efetuação da Matrícula da Obra, num prazo máximo de 15 dias após a assinatura do contrato, junto ao INSS. Efetuando os pagamentos do INSS através de GPS (Guias de Previdência Social) identificadas pela Matrícula CEI (Cadastro Específico do INSS) atribuída a cada Obra, sem ônus adicional ao Município.

III – DO EDITAL:

3.1 – No ato do conhecimento do Edital de Licitação, deverá o interessado verificar o seu conteúdo, não sendo admitidas reclamações posteriores sobre eventuais omissões.

3.2 – São partes integrantes deste Edital: Anexo I (Carta de Credenciamento), Anexo II (Declaração de Idoneidade), Anexo III (Declaração de Recusa ao Direito de Interpor Recurso na Fase de Habilitação), Anexo IV (Declaração de Emprego de Menores) e Anexo V (Minuta do Contrato).

IV – DA PARTICIPAÇÃO:

4.1 – Poderão participar as empresas do ramo pertinente ao objeto deste Edital, cadastradas ou não, desde que convidadas pelo Órgão Licitador, que o estenderá aos demais cadastrados no Município de Palmares do Sul, quando estes manifestarem sua intenção de participar no prazo de 24 horas antes da hora aprazada para recebimento dos envelopes de documento e proposta.

- 4.2 – Somente poderão participar as empresas que presumidamente:
- Não estejam suspensas para licitar ou contratar com órgão público.
 - Não foram declaradas inidôneas por ato do poder público.
 - Não estejam sobre processo de concordata ou falência.

V – DAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

5. Os Documentos e a Proposta deverão ser apresentados em dois envelopes lacrados, distintos e numerados da seguinte forma:

Envelope n.º 01: Documentação/Habilitação

Município de Palmares do Sul
Secretaria de Administração
Convite n.º 07 / 2015.
Nome da Empresa Licitante:
Fone/fax:
Data de Abertura:

Envelope n.º 02: Proposta

Município de Palmares do Sul
Secretaria de Administração
Convite n.º 07 / 2015.
Nome da Empresa Licitante:
Fone/fax:
Data de Abertura:

VI – DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

6 - No envelope n.º 01 deverão constar os documentos enumerados nos subitens 6.1 ao 6.8, deste item.

6.1 – Documentação relativa à habilitação jurídica que consistirá em:

a) Registro comercial em caso de empresa individual acompanhado da cópia de RG e CPF do proprietário; ou

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com respectivas alterações, se houver, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou

c) Inscrição o ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; ou

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento do País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir; ou

e) Em se tratando de micro empresa ou empresa de pequeno porte, a mesma deverá apresentar declaração que comprove esta condição, devidamente assinada pelo representante legal da empresa ou contador. A falta de apresentação deste documento se entenderá como a referida empresa não é micro empresa ou empresa de pequeno porte para efeito de habilitação e julgamento de propostas conforme Lei Complementar nº 123.

6.2 – Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista que consistirá em:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica (CNPJ);

b) Certidão de Regularidade Fiscal do Município de domicílio ou Sede do Licitante;

c) Certidão de Regularidade Fiscal expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

d) Certidão de Regularidade de Situação relativa ao Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço – FGTS.

HABILITAÇÃO TRABALHISTA:

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei Federal nº 12.440/2011.

6.3 – Documentação relativa à qualificação técnica que consistirá em:

a) Comprovante de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), da região onde a sede da

licitante se localiza, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, contendo, obrigatoriamente, o registro dos responsáveis técnicos, sendo que as certidões expedidas por Conselhos de outras regiões, cuja circunscrição não seja a do Rio Grande do Sul, deverão receber o visto do CREA-RS (Resolução n.º 266/97, artigo 4.º, CONFEA). Acompanhado do comprovante de Registro de Pessoa Física do responsável técnico.

b) Comprovação da existência em quadro permanente da licitante, na data da licitação, de responsável técnico, detentor de no mínimo 1 (um) atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas certidões de Acervo Técnico — CAT, expedidas por estes Conselhos, que comprovem ter o profissional, executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, serviços de características técnicas similares ou superiores ao objeto desta licitação.

OBSERVAÇÃO 1: O(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, somente será(ão) aceito(s) com a (s) respectiva(s) certidão(ões) do CREA, não sendo aceitas certificações através de carimbos.

OBSERVAÇÃO 2: A comprovação da existência de responsável técnico no quadro permanente da empresa licitante se dará através da prova de inclusão do mesmo no quadro de sócios da empresa licitante, ou através de prova de vínculo empregatício mediante a apresentação de contrato de trabalho vigente.

6.4 – Carta de Credenciamento outorgando ao preposto ou representante, poderes para rubricar propostas, documentação, apresentar reclamações, impugnações, recursos e desistências do mesmo, e assinar atas, nos termos do Anexo I.

6.5 – Comprovação de que a Empresa não foi declarada inidônea para contratar com o serviço público, nos termos do Anexo II.

6.6 – A Empresa licitante que optar por não enviar representante para assistir a abertura da Licitação deverá encaminhar por escrito junto ao envelope n.º 01 da habilitação, a Declaração de Recusa do Prazo Recursal Relativo à Fase de Habilitação conforme modelo, Anexo III deste Edital.

6.7 – Declaração que a Licitante não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16 anos, ressalvando o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz (Anexo IV); conforme Decreto N° 4.358 de 5 de setembro de 2002.

6.8 – Nenhum documento será aceito, na fase de Habilitação:

a) Se o mesmo contiver rasuras;

b) Se for manuscritos salvam os Anexos I, II, III, IV;

c) Se contiverem entrelinhas.

6.9 – Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA que consistirá em:

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor do Estado da sede/matriz da pessoa jurídica;

b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, mesmo quando forem empresas optantes pelo imposto simples, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. Somente poderá ser aceito o balanço registrado na junta comercial, com indicação do n.º do livro diário e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem boa situação financeira da empresa, cujos índices mínimos aceitáveis serão apurados pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez Instantânea: } \frac{AD}{PC} = \text{índice mínimo: } 0,05$$

$$\text{Liquidez Corrente: } \frac{AC}{PC} = \text{índice mínimo: } 1,00$$

$$\text{Liquidez Geral: } \frac{AC + ARLP}{PC} = \text{índice mínimo: } 1,00$$

PC + PELP

PL

Gerência de Capitais de Terceiros: $\frac{PL}{PC + PELP}$ = índice mínimo: 1,00

PC + PELP

Grau de Endividamento: $\frac{PC + PELP}{AT}$ = índice máximo: 0,70

AT

Onde:

AC = Ativo Circulante;

AD = Ativo Disponível;

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo;

AP = Ativo Permanente;

AT = Ativo Total;

PC = Passivo Circulante;

PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo;

PL = Patrimônio Líquido.

Obs1: Os índices acima deverão ser comprovados através de laudo técnico assinado pelo contador da empresa. O referido laudo deverá acompanhar o balanço. Será aceito uma variação de até 5% (cinco por cento) nos índices acima exigidos.

Obs2: Caso a empresa for constituída a menos de um ano o licitante deverá apresentar o Balanço de Abertura.

6.10– Para as empresas cadastradas no Município, a documentação, dos itens 6.1, 6.2 e 6.9, poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro Cadastral, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

Observação: Caso algum dos documentos fiscais obrigatórios, exigidos para cadastro esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

VII – DAS NOTAS DE HABILITAÇÃO:

7.1 – As Certidões que comprovam a regularidade Fiscal e que não tenham prazo de validade legal ou expresse no documento ter-se-ão como válidas pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua emissão.

7.2 – No caso micro empresa ou empresa de pequeno porte, desde que devidamente identificadas conforme alínea “e” do Item 6.1 deste Edital, será observada a Lei Federal nº 123 Art. 42 e 43, para critério de habilitação.

7.3 – Os documentos contidos no Envelope n.º 01 deverão ser originais ou fotocópias autenticadas em cartório ou por Servidor Municipal membro da comissão de cadastro, salvo aqueles emitidos pelo órgão competente através da Internet que estarão sujeitos a conferência de sua autenticidade no decorrer do certame.

7.4 – Após a abertura do Processo Licitatório não serão recebidos outros documentos ou propostas nem serão permitidos quaisquer adendos ou alterações, ressalvada as possibilidades de não apresentação da declaração de recusa ao direito de interpor recurso e a realização de diligências facultadas à Comissão de licitação ou Autoridade Superior.

7.5 – O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a qual é contada a partir da data da abertura do certame.

7.6 – O preço proposto será considerado completo e abrange todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), leis sociais, Administração, lucros e qualquer despesa acessória.

7.7 – No caso de empate nos preços, entre dois ou mais licitantes a decisão observará a ordem de preferência prevista no parágrafo 2.º, do Art. 3.º da Lei 8.666/93, em permanecendo empate, far-se-á o sorteio conforme Art. 45, parágrafo 2.º da Lei Federal n.º 8.666/93, em se tratando de micro empresa ou empresa de pequeno porte será observada a Lei Federal nº 123, Art. 44 e 45, desde que devidamente identificadas conforme alínea “e” do Item 6.1 deste Edital

7.8 – Na hipótese de erro no preço e / ou demais condições apresentadas não será admitidas retificações. Os erros, constados no momento da abertura do envelope n.º 02, deverão ser registrados em Ata, sendo o item ou a Proposta anulados pela Comissão de

licitação, salvo erros de multiplicação (preço unitário x quantidade) no preço total, onde será considerado o preço global.

7.9 – Serão desclassificadas as propostas que deixarem de atender as disposições deste Edital, bem como aquelas manifestadamente inexeqüíveis nos termos do Art. 48 da Lei Federal n.º 8.666/93.

7.10 – Todas as declarações, requerimentos, assim como a proposta deverão ser assinados pelo próprio licitante ou representante legal, devidamente identificados, com descrição de cargo e / ou função, com respectiva procuração, se for o caso, e / ou contrato social que estipule seu poder na representação da empresa.

VIII – DA ABERTURA DOS ENVELOPES E APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

8.1 – No local, dia e hora previamente designados, serão abertos os envelopes de n.º 02 – Proposta, na presença dos licitantes ou seus representantes legais, que juntamente com a Comissão julgadora, rubricarão folha a folha, os documentos apresentados.

8.2 - Da Apresentação da Proposta:

8.2.1 – A Proposta será apresentada com identificação da empresa proponente e planilha no Padrão da Planilha Orçamentária do Município, **assinada pelo representante legal**. A assinatura deverá vir acompanhada de identificação do assinante. ***A proposta deverá conter: Orçamento discriminado em preços unitários, globais por itens e global geral da mesma forma da planilha orçamentária anexa a este edital, expresso em moeda corrente nacional, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais e de pessoal, que deverá ser assinada por responsável técnico legalmente habilitado e identificado.***

8.2.2 – As propostas poderão ser datilografadas ou manuscritas, não podendo conter rasuras, sob pena de serem desclassificadas.

8.2.3 – *No preço unitário somente será aceita a cotação com 02 (duas) casas decimais após a vírgula.*

8.2.4 – Em se tratando de COOPERATIVA, o valor ofertado será considerado com acréscimo de 15% (quinze por cento) de encargo patronal para efeito de julgamento final das propostas.

IX – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE DOS PREÇOS:

9.1 – Como critério de seleção da Proposta mais vantajosa para o Município será considerado vencedor o licitante que apresentar a Proposta de acordo com as especificações do Edital, e que apresentar o **“Menor Preço Global”**.

9.2 – Se a Comissão não considerar em condições de julgar as propostas imediatamente, o Presidente da Comissão Licitação designará dia, hora e local para proclamar o resultado do julgamento e o vencedor da licitação.

9.3 – Não serão considerados como fator de julgamento vantagens que não estejam previstas neste Edital.

9.4 – Serão **DESCLASSIFICADAS** as propostas que apresentarem **PREÇO GLOBAL, superior a R\$ 21.645,21 (vinte e um mil seiscientos e quarenta e cinco reais e vinte e um centavos).**

9.5 – Serão **desclassificadas** as Propostas desconformes ou incompatíveis com os requisitos deste Edital e com os preços correntes no mercado ou preços fixados por Órgão Oficial Competente.

9.6 – Não será admitida proposta que apresentar preço unitário inexeqüível, incompatível com os preços dos insumos e salários do mercado acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este ato convocatório de Licitação não estabeleça limite mínimo, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio Licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

X – DA CONTRATAÇÃO:

10.1 – Esgotados todos os prazos recursais, o Município de Palmares do Sul, convocará formalmente o proponente vencedor a assinar contrato, dentro do prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

10.2 – O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

10.3 – Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados pelo critério previsto neste edital, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato e mais a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de 02 (dois) anos.

10.4 – O licitante vencedor deverá apresentar a ART, referente ao objeto do contrato, devidamente paga, no momento da assinatura do contrato.

10.5 – A fiscalização do contrato, por parte do Município, será exercida por servidor nomeado pela Secretaria de Planejamento, Projetos e Meio Ambiente, ficando sob a responsabilidade do mesmo informar à Administração toda e qualquer anormalidade na execução destes serviços, assim como a necessidade de eventuais alterações.

XI – DAS PENALIDADES:

11.1 – A **Contratada**, que não satisfizer os compromissos assumidos será aplicada as seguintes penalidades, que podem ser cumulativas:

a) Advertência por escrito: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido, e desde que ao caso não se aplique as demais penalidades.

b) Multa: no caso de negligência e / ou reincidência de irregularidades na execução dos serviços, já advertidas anteriormente, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do total do contrato.

c) Multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, limitado esta a 5 (cinco) dias, após o qual será considerado inexecução parcial do contrato;

d) Multa de 6% (seis por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, limitado a 10 (dez) dias de atraso na execução dos serviços, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano);

e) Multa de 10 % (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, no caso de período superior a 10 (dez) dias de atraso na execução dos serviços, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos).

Observação: as multas serão calculadas sobre o montante integral (valor total) do contrato. Os atrasos que tratam as alíneas acima não serão penalizados somente quando devidamente justificado pelo licitante e aceito pela Administração.

11.2 – As penalidades previstas neste item serão aplicadas sem prejuízos das cominações estabelecidas na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

XII – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

12.1 – O Município efetuará o pagamento à licitante vencedora conforme serviços executados e planilha apresentada na proposta, em medições quinzenais, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura acompanhada da planilha de medição aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização da obra.

12.2 – No ato do pagamento, o Município efetuará as retenções estabelecidas na legislação vigente quanto aos impostos e encargos.

12.3 – Não será efetuado qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

12.4 – O contratante pagará a(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) somente à licitante vencedora, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

12.5 – A empresa licitante vencedora deverá fazer constar na Nota Fiscal / Fatura correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

12.6 – A Fiscalização do Município somente atestará a execução dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

12.7 – Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município.

12.8 – Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M / FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata

XIII – DO RECURSO FINANCEIRO:

13. As despesas decorrentes do presente Convite correrão à conta do seguinte Recurso Financeiro:

- 06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
- 01 Educação Básica
- 1026 Ampliação de Escolas Infantis
- 4490.51 Obras e Instalações MDE (861)
- 4490.51 Obras e Instalações Fundeb (863)
- 4490.51 Obras e Instalações Salário Educação (865)
- 2062 Reforma e Conservação de Escolas Infantis
- 3390.30 Material de Consumo MDE (954)
- 3390.30 Material de Consumo Fundeb (957)
- 3390.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica MDE (962)
- 3390.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fundeb (964)

XIV – DAS INFORMAÇÕES, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

14 – Os interessados poderão obter informações complementares e esclarecimento sobre a licitação ou impugnar este Edital, por escrito e protocolado, na Rua Nossa Senhora dos Navegantes, 442, Centro – Palmares do Sul / RS, Protocolo Geral da Prefeitura de Palmares do Sul, de segunda-feira a sexta-feira, das 7h00min às 13h.

XV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1 – A Administração reserva-se o direito de revogar ou anular a presente licitação, no todo ou em parte, por interesse administrativo, vício, ilegalidade pelos licitantes, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59, da Lei Federal n.º 8.666/93, de ofício ou mediante provocação, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para o recebimento e abertura das propostas, descabendo em tais circunstâncias, quaisquer reclamações ou direito à indenização.

15.2 – Os casos decorrentes de omissão deste Edital serão resolvidos com aplicação das disposições da Legislação pertinente.

15.3 – Fica eleito o Foro da Subseção Judiciária de Palmares do Sul – RS para dirimir quaisquer dúvidas e/ou litígio oriundo da execução das obrigações previstas neste edital, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.4 – Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, pela Secretaria de Administração pelo fone / fax: (51) 3668.1200 ou 3668.1206, ramal 228.

GABINETE DO PREFEITO DE PALMARES DO SUL (RS), em 27 de agosto de 2015.

PAULO HENRIQUE MENDES LANG
Prefeito Municipal.

REGISTRE - SE E PUBLIQUE – SE

MARIA PAULA LUCAS DE OLIVEIRA
Secretária de Administração.

ANEXO I
CARTA DE CREDENCIAMENTO

A Empresa.....credencia o(a) Sr.(a)....., CPF:, RG:, conferindo-lhe todos os poderes necessários a prática de quaisquer atos relacionados ao Convite n.º./2015, assim como os poderes específicos para rubricar as documentações e as propostas, apresentar reclamações, impugnações ou recursos e assinar atas.

_____(CIDADE)____, .. de de 2015.

NOME, IDENTIFICAÇÃO, ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaro, sob as penas da lei, para fins desta licitação, que a empresa não foi inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do Art. 87 da Lei 8.666/93, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente a entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômica - financeira.

_____(CIDADE)____, .. de de 2015.

NOME, IDENTIFICAÇÃO, ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE RECUSA AO DIREITO DE INTERPOR RECURSO NA FASE DE HABILITAÇÃO.

A empresa por seu representante legal, ciente do prazo recursal de 2 (dois) dias, relativo a fase de habilitação, declara recusá-los para os devidos fins do procedimento licitatório.

_____(CIDADE)____, .. de de 2015.

NOME, IDENTIFICAÇÃO, ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE EMPREGO DE MENORES DE IDADE.

A empresa, inscrita no CNPJ nº, por intermediário de seu representante legal o(a) Senhor(a), CPF:, RG:, declara para o fim do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo os maiores de 14 anos na condição de aprendiz.

_____(CIDADE)____, .. de de 2015.

NOME, IDENTIFICAÇÃO, ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CARIMBO DA EMPRESA
